



**Exmo. Sr. Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente**



**Santa Rosa Empreendimentos Ltda.**, já devidamente qualificada nos autos do processo COPAM/SE/PA/Nº 1232/2002/001/2002, por seus procuradores, infra-assinados, inconformada com a r. decisão do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM em lhe aplicar a penalidade de multa decorrente do **Auto de Infração nº 971/2002**, vem, tempestivamente, apresentar contra aquela decisão o seu

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

com fundamento no artigo 32 do Decreto 39.424/98, pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 4 de Julho de 2003

*p/ João Paulo Campello de Castro*  
João Paulo Campello de Castro  
OAB/MG 10.660

*Svetlana Maria de Miranda*  
Svetlana Maria de Miranda  
OAB/MG 74.169

*Helena Mata Machado de Castro*  
Helena Mata Machado de Castro  
OAB/MG 2630 E

## **1. Breve Relato**

Através do Ofício COPAM/FEAM nº 499/2003 a Fundação Estadual do Meio Ambiente comunicou à Recorrente a decisão de lhe aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$ 3.193,36 (três mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), com base no Auto de Infração nº 971/2002, pelo fato de:

*"o loteamento teve sua implantação iniciada há cerca de 7 anos, não possuindo a pertinente licença de instalação do COPAM, de forma que verificou-se a abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica".*

## **2. Razões do Pedido de Reconsideração**

### **2.1. Das Preliminares**

#### **2.1.1. Da Necessidade de Advertência**

A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais prevê as hipóteses para a aplicação de penalidades administrativas, ressaltando a necessidade da aplicação da penalidade da advertência na hipótese prevista no inciso I, do artigo 16, da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1.980 e no artigo 18, inciso I do Decreto nº 39.424/98, da seguinte forma:

Artigo 16, inciso I da Lei nº 7.772/80:

Art. 16 - Sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis, as infrações de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penas:

I - **advertência**, por escrito, antes da efetivação das medidas indicadas neste artigo para o restabelecimento, no prazo fixado, das condições, padrões e normas pertinentes;

Artigo 18, inciso I do Decreto nº 39.424/98:

Art. 18 – Aos infratores dos dispositivos da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1.980, deste Regulamento e das demais normas deles decorrentes, serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:

I – **advertência**, nos termos do inciso I, do artigo 16, da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1.980. "

Recentemente, a aplicação da penalidade de Advertência foi objeto de regulamentação por parte do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, através da **Deliberação Normativa COPAM nº 61, de 12 de dezembro de 2002**.

O artigo 6º desta Deliberação Normativa determina que as suas **disposições incidem nos processos em tramitação sem decisão administrativa definitiva**, razão pela qual deverão ser aplicadas, no presente processo administrativo para aplicação de penalidade, as normas da referida Deliberação.



A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 37, ao tratar da Administração Pública, estabelece que a mesma obedecerá a princípios norteadores, dentre eles o Princípio da Legalidade.

"Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

....."

A Legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito ao determinado por lei, e dela não pode se afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. É a garantia do respeito aos direitos individuais.

Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei.

Hely Lopes Meirelles, *in* Direito Administrativo Brasileiro, pág. 82, ao dizer sobre o Princípio da Legalidade, assim estabelece:

"Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".

Sendo assim, diante da legislação apontada e considerando que **não houve dano efetivo ao meio ambiente**, antes de qualquer aplicação de penalidade de multa, a recorrente somente poderá receber, ressalvados os outros argumentos de defesa, a penalidade de advertência.

### **2.1.2 – Da Lavratura do Auto de Infração – Falta de Motivação – Nulidade do Ato Administrativo**

Observando a data da vistoria (19.04.02) e a data da lavratura do Auto de Infração nº 971/2002, ora impugnado (27.05.02), verifica-se que ocorreu um interregno de mais de um mês.

Caso realmente existisse motivação administrativa para autuar os responsáveis pelo fato descrito naquele Auto de Fiscalização, o fiscal deveria ter lavrado, de imediato, o Auto de Infração, como determina o inciso III do artigo 16 do Decreto nº 39.424/98.

De fato, estabelece o artigo 16 e seu inciso III:

"Art. 16 - Aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

III - **lavar de imediato** o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo". (grifo nosso)

A Administração Pública só pode agir secundum legem, ou seja, estritamente como determina a lei, não lhe sendo permitida agir de forma diferente.

Ao não lavrar o Auto de Infração na data da vistoria (19.04.02), contra a Recorrente, o Sr. Fiscal da autuante, apesar do seu reconhecido zelo pela qualidade de vida de nossa urbe, reconheceu que não havia motivação administrativa para a lavratura do Auto de Infração e, além do mais não poderia ter lavrado este Auto posteriormente, pois a ordem legal é de lavratura imediata em caso de poluição constatada.

Celso Antônio Bandeira de Melo, *in* Elemento do Direito Administrativo, 1ª ed., pág. 214, ensina que:

"É sabido e ressabido que a Administração Pública só pode agir debaixo da lei, em obediência a ela e a fim de dar satisfação a seus objetivos. Tal imposição decorre do princípio da legalidade.

Devendo a Administração atuar sob a lei e com fito intuito único de implementar os objetivos dela, é viciado todo e qualquer comportamento administrativo que ofenda, que a desconheça ou se desencontre com as finalidades por ela traçadas."

Percebe-se, portanto, que se trata de um Auto de Infração em um ato administrativo inválido quanto aos seus efeitos.

### **3. Do Mérito**

A recorrente foi autuada com fundamento no inciso 1 do parágrafo 2º, do artigo 19 do Decreto 21.228/81.



Não há no caso em tela a necessidade de a Recorrente obter licenciamento ambiental junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental, em razão do tempo em que ocorreu o Auto de Infração, ora impugnado. Nesta época a única legislação aplicável à espécie era a Resolução CONAMA 01/86.

De fato, estabelece a Resolução CONAMA nº 01/86, que dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA:

*“Art. 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental - EIA e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e da SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente tais como:*

*XV - projetos urbanísticos, acima de 100 ha (cem hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;”*

Desta forma, de acordo com a norma supracitada, dependem de licenciamento os projetos urbanísticos acima de cem hectares e os de relevante interesse ambiental.

O empreendimento da Recorrente, denominado Loteamento Vale das Acácias, possui um tamanho bastante inferior a 100 hectares, qual seja, a área equivalente a 315.771,67 m<sup>2</sup>. Ademais, na área deste loteamento, localizado no Município de

Santa Luzia, não existe nenhum interesse ambiental relevante. Portanto, não tem a Recorrente a obrigação legal de requerer licenciamento ambiental ao COPAM.

A Fundação Estadual do Meio Ambiente tem considerado que todo e qualquer loteamento urbano deve ser licenciado, de acordo com o que estabelece a Deliberação Normativa COPAM nº 01/90.

No entanto, esta interpretação manifestada pelo ilustre órgão ambiental, se mostra, *concessa venia*, equivocada. A referida Deliberação Normativa não estabelece obrigação legal de se obter licenciamento; ela apenas, nos seus próprios dizeres, "estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental e dá outras providências" (grifo nosso). É óbvia a diferença entre a imposição de obrigação legal de se requerer licenciamento ambiental e a simples definição de valores e critérios para custos de análise dos licenciamentos já pleiteados.

Desta forma, está demonstrado de forma bastante elucidativa que a legislação aplicável ao presente caso é a Resolução CONAMA 01/86, a qual isenta a Recorrente da obrigação de requerer licenciamento ambiental junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental, para a instalação do seu empreendimento.

Portanto, o Auto de Infração ora impugnado, que constatou como suposta infração o fato de a Recorrente não possuir Licença de Instalação, está eivado de nulidade, pois falta-lhe fundamento legal.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto espera a recorrente que, em razão das alegações constantes





neste recurso, sejam as mesmas acolhidas e determinado o arquivamento do Auto de Infração nº 971/2002.

Protesta pela juntada do instrumento de substabelecimento.

Temos em que,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 4 de Julho de 2003

*p/ Svetlana Miranda*  
João Paulo Campello de Castro

OAB/MG 10.660

*Svetlana Miranda*  
Svetlana Maria de Miranda

OAB/MG 74.169

*Helena Mata Machado de Castro*  
Helena Mata Machado de Castro

OAB/MG 2630 E



Santa Rosa Empreendimentos Ltda.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2002.

FEAM  
PROTOCOLADO: *08/07/2002*  
DIVISÃO: *Div. 08/07/2002*  
MAT.: *1* VISTO: *1*  
FUNDACÃO ESTADUAL  
37  
FL N°  
MEIO AMBIENTE

À

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**À Gerência da Divisão de Projetos Urbanísticos e  
Infra-Estrutura de Transportes**

**Av. Prudente de Moraes, 1.671 - Santa Lúcia  
BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS**

**Ref. Auto de Fiscalização e Auto de Infração, no. 971/2002.**

**Processo no. 1232/2002/001/2002**

**SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS LTDA**, CGC 16.535.163/0001-09, na Av. Barbacena, 504, nesta Capital, por seu representante legal, Dr. José Felipe Diniz, brasileiro, casado, economista, por seus procuradores, mandato incluso, vem, em tempo hábil, apresentar o seu **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** contra a Decisão no processo administrativo, em referência, pelos fatos e fundamentos de direito abaixo alinhavados.

**1 - DOS FATOS:**

1.1 - Em 19.04.2002, V.Sas. em vistoria realizada no loteamento denominado Vale das Acácias, no município de Santa Luzia/MG, expediram o AI em destaque, sob o argumento de que aquele loteamento está em desacordo com a legislação ambiental vigente, conforme ofício DIURB/no. 082/2002, endereçado à suplicante.

1.2 - No corpo daquele Auto de Infração, e para que o mesmo pudesse ter embasamento fático e legal, V.Sas. afirmaram que o loteamento não possui licença de instalação do COPAM, o que fere o Decreto no. 39.424 de 05 de fevereiro de 1998.

1.3 - Já no Auto de Fiscalização, V.Sas foram categóricos em afirmar que o loteamento não possui rede de abastecimento de água nem sistema de tratamento de esgotos sanitários; que foram confirmados três casos de dengue na área do loteamento e que a escola mais próxima fica a 5 KM de distância, o que dificulta o acesso dos moradores, principalmente as crianças, àquela.

**Av. Barbacena, 504 - Bairro Barro Preto - CEP 30190-130 - Belo Horizonte - MG**

**CNPJ (MF) 16.535.163/0001-09 - Tel.: (31) 3337-6961**

*Div. 12/11/02*





Santa Rosa Empreendimentos Ltda.



1.4 - Em defesa àquele auto de infração, a recorrente alegou e provou que o Decreto 39.424 de 05 de fevereiro de 1998 não incide sobre o loteamento em questão, eis que ele foi aprovado em 1996. Alegou e provou, ainda, que o loteamento foi aprovado por todos os Órgãos públicos, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

1.5 - Sustentou, ademais, que o aparecimento de doença e a ausência de escola no loteamento não é da responsabilidade da recorrente prevenir ou construir.

1.6 - Aquela defesa foi julgada improcedente, sob os argumentos "de que o loteamento não possui licença de instalação do Copam, de forma que verificou-se abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica."(sic)

1.7 - Sob o breve, o relato.

## 2 - DA DEFESA DA AUTUADA

2.1 - Não sabe precisar a Requerente a quantos quilômetros fica a escola mais próxima do loteamento Vale das Acácias. O que ela, com certeza, pode precisar é que não é sua a obrigação de fornecer escolas para a comunidade daquele bairro.

2.2 - No que se refere à rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, informa a Suplicante que estas obrigações, a exemplo da primeira, não são dela. Pelo Termo de Aprovação de Projeto de Parcelamento de Solo e Cronograma de Execução das Obras, **aprovado pela municipalidade**, anexo, pode-se constatar que as obrigações da Santa Rosa eram: abertura de vias de terraplenagem, assentamento de meio fios, demarcação de lotes, quadras, áreas verdes e áreas institucionais, rede de energia elétrica, drenagem pluvial e escalhamento de vias. Nada mais era ou é da obrigação da Santa Rosa.

2.3 - Lado outro, o fato de se ter verificado, se é que foi, o surgimento de três casos de dengue no loteamento não leva à conclusão de que tal fato deu-se, *ad argumentandum tantum*, por obra e graça do loteamento estar em desacordo com a legislação ambiental, eis que, como é público e notório, o país inteiro foi acometido por aquela doença não sendo, por tanto, característica própria daquele loteamento o surgimento daquela enfermidade. Vale dizer, não se pode concluir, sem margem para erros ou preconceitos, que a dengue ali se manifestou por ser o loteamento de características simples.





Santa Rosa Empreendimentos Ltda.



2.4 -

É preciso que se diga, antemão, que o **loteamento foi regularmente aprovado, por todos os Órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal), no idos de 1996.** Carreada a esta peça de defesa, a Santa Rosa faz juntar, além do Termo de Aprovação do loteamento, Certidão da Prefeitura de Santa Luzia, certificando, em 26.11.1996, que o Alvará de Urbanização do loteamento encontrava-se regular. Junta-se, ainda, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Anuência Prévia do Loteamento relativo ao Processo SEPLAN/MG, de 18.11.1996, atestando que o loteamento atendia a todas as exigências legais. No mesmo sentido, e da mesma Secretaria, certidão aprovando o loteamento.

2.5 -

Corroborando todos estes atestados, o IEF - Instituto Estadual de Florestas emitiu parecer técnico, apenso, declarando que a área que se construiu o loteamento Vale das Acácias, não é daquelas que poderia ser considerada de preservação ambiental. Logo, na realização daquele loteamento o meio ambiente não sofreu nenhuma lesão, de qualquer natureza. Sendo assim, aquela área foi urbanizada dando origem ao loteamento o que contou com a aprovação da municipalidade, através do Alvará de Urbanização que ora carrega-se a esta defesa e da Secretária Municipal de Viação e Obras Públicas, através da inclusa certidão.

2.6 -

Dando cabo às exigências legais, o loteamento foi devidamente registrado no Livro 2, fls. 133, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, seguindo, rigorosamente, todas as determinações da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, conforme faz prova cópias daquele registro, apenso.

2.7 -

Como se vê, para que a Santa Rosa realizasse o loteamento todas as exigências legais foram respeitadas. Nenhum detalhe passou despercebido. Tudo, absolutamente tudo, foi feito dentro dos rigores da lei. Sendo assim, não compreende a suplicante qual legislação ambiental estaria sendo desrespeitada, conforme anunciado no ofício DIURB - 082/2002.

2.8-

É preciso que tenhamos em mente que o referido loteamento é de 1996. Não existia, naquela época, a maioria da legislação existente hoje sobre proteção ambiental. Dentre a legislação que não existia naquela época encontra-se, inclusive, o Decreto 39.424, de 05.02.1998, onde foi ancorado o Auto de Infração, em apreço. **Vale dizer, quando o loteamento foi construído era outra a legislação a ser seguida e não o Decreto 39.424. Em resumo: a Santa Rosa, ao construir o loteamento, não precisava seguir os ditames deste dispositivo legal pelo simples fato dele não existir, naquele tempo, 1996.** E ainda que existisse não seria óbice, eis que o loteamento foi erigido sem afrontar o meio ambiente.



Santa Rosa Empreendimentos Ltda.

2.9 -

Hoje, tempos depois, o loteamento está todo habitado. Por ser de características simples pode, sim, ter um ou outro problema, mas nada que o inviabilize do ponto de vista da sua habitabilidade. Ele preserva, até hoje, tudo aquilo que um loteamento necessita ter para ser ocupado. Prova é tanto, que V.Sas. argumentaram que ele está em desacordo com a legislação ambiental vigente mas não declinou, de forma clara e precisa, onde está o desacordo. Ou seja, não foi especificado, com a clareza que o caso requer, até mesmo para que a Santa Rosa pudesse exercer o seu sagrado direito de defesa, em toda a sua plenitude, onde estaria a infringência legal às normas ambientais.

2.10 -

O certo é que o loteamento foi aprovado, está todo habitado e não pode, com a devida vênia, a Administração Pública, muitos anos depois, vir com exigências vagas e pretender autuar, multar e até mesmo interditar um loteamento que, conforme restou demonstrado, cumpriu, na sua aprovação, todas as exigências legais.

2.11 -

Analizando hipótese idêntica, o **Superior Tribunal de Justiça** já decidiu que:

***Empreendimento imobiliário - Loteamento- Aprovação- Interdição temporária - Dano ao meio ambiente não configurado - Desapropriação indireta - Danos patrimoniais. Ato administrativo- Direito adquirido.***

*Não tem direito a administração pública de interditar empreendimento imobiliário aprovado há mais de 30 anos, ao argumento de as obras e serviços danificarem o meio ambiente. Interdição temporária, com exigências vagas e genéricas da FEEMA, é o mesmo que desapropriação indireta sem indenização, porque resulta inviabilização de um empreendimento constituído dentro dos parâmetros legais. (ROMS 602/RJ - Rel. Min. Américo Luz).*





Santa Rosa Empreendimentos Ltda.



2.12 -

Um outro argumento utilizado por V.Sas. no Auto de Fiscalização foi o de que não foi possível um contato com os responsáveis pela instalação do empreendimento deixando a entender que, se tivesse havido aquele contato, o Auto de Fiscalização e o Auto de Infração não teriam sido expedidos.

2.13-

A Santa Rosa informa, então, que encontra-se instalada no endereço para onde V.Sas. enviaram o Auto de Infração e que está à disposição desta Fundação para quaisquer providências que se fizerem necessárias para a solução de qualquer problema no loteamento, que for da sua responsabilidade. Coloca-se à disposição, ainda, para comparecer a reuniões ou para atender a qualquer outro chamamento visando a solução dos fatos narrados por V.Sas.

2.14 -

Destarte, estando há quase 10 anos devidamente aprovado o loteamento Vale das Acácias, conforme comprovado, não se detectando nenhuma irregularidade nesta aprovação e nenhuma agressão ao meio ambiente, requer-se pela anulação do Auto de Infração no. 971/2002, dando provimento a este **pedido de reconsideração**, por ser medida da mais escorreita justiça.

N. Termos.

P. Deferimento.

**SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS LTDA**

**José Felipe Diniz**